

Público

20-03-2014

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 51453**Temática:** Política**Dimensão:** 1383**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/2/3

Mais de 70 economistas estrangeiros subscrevem manifesto da dívida

Manifesto dos 74 que pede a reestruturação da dívida portuguesa recebe o apoio de mais 74 notáveis estrangeiros, das mais variadas correntes económicas. Muitos têm cargos internacionais de relevo **Destaque, 2 a 5**

PÓS-TROIKA

Manifesto da dívida recebe apoio de 74 economistas estrangeiros

Manifesto dos 74 transpôs a fronteira e já recebeu o apoio de economistas de 20 nacionalidades, dos EUA à Alemanha

Pedro Sousa Carvalho e Paulo Pena

São 74 economistas estrangeiros que agora se vêm juntar às 74 personalidades portuguesas que, na semana passada, publicaram um manifesto a defender a reestruturação da dívida pública nacional. São economistas, muitos com cargos de relevo em instituições internacionais como o FMI, editores de revistas científicas de economia e autores de livros e ensaios de referência na área.

Estes economistas (ver lista completa em publico.pt) assinam um documento – com um conteúdo muito semelhante ao manifesto promovido por João Cravinho – intitulado “Reestruturar a dívida insustentável e promover o crescimento, recusando a austeridade”, no qual manifestam total concordância com o documento subscrito por vários políticos portugueses (de Manuela Ferreira Leite a Francisco Louçã), empresários, sindicalistas, académicos e constitucionalistas.

Neste novo manifesto, os 74 eco-

nomistas estrangeiros dizem apoiar “os esforços dos que em Portugal propõem a reestruturação da dívida pública global, no sentido de se obterem menores taxas de juro e prazos mais amplos, de modo a que o esforço de pagamento seja compatível com uma estratégia de crescimento, de investimento e de criação de emprego”.

Subscvem este manifesto, a que o PÚBLICO teve acesso, académicos de várias correntes de pensamento económico e de muitas nacionalidades: dos EUA, Canadá, México, Brasil, Argentina, África do Sul, Austrália, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, Grécia, Estónia, Noruega, Dinamarca, Bélgica, Áustria, Polónia e Suíça.

É um apoio de peso ao manifesto dos 74 notáveis portugueses que têm estado sob fogo, sobretudo por causa do *timing* que escolheram para o apresentar (dois meses antes da saída do resgate), e que provocou um intenso debate nacional.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, foi um dos primeiros a criticarem o documento, referindo-se ao grupo como “essa gente”, acusando-o de “irrealismo” e de pôr em causa o financiamento do país.



“**Apoiamos os esforços dos que em Portugal propõem a reestruturação da dívida, no sentido de se obterem menores taxas de juro e prazos mais amplos**”

Excerto do manifesto dos 74 economistas estrangeiros

”foi o autor do “melhor livro de 2013” para o *Financial Times*, o *best-seller* internacional Austeridade.

Vários destes economistas têm papéis de relevo em instituições que podem estar em causa numa eventual reestruturação da dívida. É o caso de José Antonio Ocampo, anterior ministro das Finanças da Colúmbia

e secretário-geral adjunto das Nações Unidas, que é hoje professor da Universidade de Columbia, EUA, e consultor da ONU e do Independent Evaluation Office do FMI.

Stephany Griffith-Jones, outra das subscritoras, é co-autora do Relatório Warwick e foi responsável pela apresentação do relatório sobre regulação financeira global na última reunião dos ministros das Finanças da Commonwealth.

Um conhecedor da realidade portuguesa é o dinamarquês Beng-Ake Lundvall, da Universidade de Aalborg e de Sciences-Po, em Paris, que é secretário-geral de Globalics e perito do Banco Mundial. Foi consultor do Governo português na última presidência na União Europeia e é um grande especialista mundial em economia da inovação, razão pela qual foi escolhido para embaixador da União Europeia.

Há também seis editores de revistas científicas de economia, como Geoffrey Hodgson, editor do *Journal of Institutional Economics*, Malcolm Sawyer, da *International Review of Applied Economics*, ambos britânicos, e Louis-Philippe Rochon da *Review of Keynesian Economics*.

Muitos dos que apoiam o mani-



FOTOGRAFIA
Bagão Félix, Manuela Ferreira Leite, Teixeira dos Santos e Vitor Gaspar no debate do ISCTE

Vitor Gaspar cita ministro americano de 1789 para contrariar reestruturação da dívida

Sérgio Aníbal

Quatro ex-ministros das Finanças debateram no ISCTE o futuro das finanças públicas, com o Manifesto dos 70 como pano de fundo

O debate sobre o presente e futuro das finanças públicas reunia quatro dos seis últimos ministros das Finanças em Portugal, mas rapidamente, pela mão de Vitor Gaspar, o pensamento de figuras do século XVIII e XIX como Oliveira Martins, Dias Ferreira e Alexander Hamilton ganhou lugar de destaque na discussão.

Gaspar, o mais recente dos ex-ministros – acompanhado por Manuela Ferreira Leite, António Bagão Félix e Fernando Teixeira dos Santos na sessão de abertura do Fórum das Políticas Públicas realizado esta quarta-feira no ISCTE –, começou por dizer que não podia nem queria assumir uma posição sobre a proposta de reestruturação de dívida. “Mas vou dizer umas coisas”, avisou. E o que disse, em resumo, foi: “A minha posição é semelhante à de Alexander Hamilton.”

E quem foi Alexander Hamilton? Secretário do Tesouro dos Estados Unidos desde a independência em 1789 até 1795, teve de enfrentar uma grave crise financeira e orçamental no país, optando por proceder ao pagamento integral da dívida. Não querendo referir-se explicitamente ao actual caso português e ao manifesto lançado por 74 personalidades, Vitor Gaspar usou a argumentação utilizada por Hamilton há mais de duzentos anos para defender que um Estado tem todas as vantagens em cumprir os seus compromissos de dívida. Cinco razões deu Hamilton para que um país evite a todo o custo um *default*: “Um Estado irá precisar, no futuro, de realizar despesas extraordinárias e irá necessitar de ter crédito para obter financiamento; um país precisa de investimento externo; a existência de um activo sem risco como o sector público é uma pedra angular para o

funcionamento do sistema bancário; o sistema financeiro é fundamental para o desenvolvimento; por fim, a capacidade de sustentar o crédito público é um bom indicador da capacidade de um Estado para prosseguir as políticas públicas. “Não consigo fazer melhor do que Alexander Hamilton”, disse Gaspar.

Antes já tinha falado de um paralelo em Portugal, quando no meio de uma crise financeira e orçamental grave em 1892, o ministro das Finanças, Oliveira Martins, debatia um *default* com o líder do Governo, José Dias Ferreira, bisavô de Manuela Ferreira Leite.

Extremismos

Curiosamente, tinha sido a ministra das Finanças do Governo de Durão Barroso a lançar, na sua intervenção inicial, o tema da reestruturação de dívida e da dificuldade de Portugal

129% **4,4%**

O manifesto dos 74 diz que apesar das fortes reduções no Orçamento do Estado, o rácio da dívida no PIB subiu para 129%

No dia que Portugal regressou aos mercados para colocar dívida a curto prazo, os juros a 10 anos voltaram a recuar

cumprir as regras impostas pelo Tratado Orçamental, que força um país a fortes reduções anuais da dívida pública até que esta atinja os 60% do PIB. “Tanto é extremista aquele que diz simplesmente que não pagamos a dívida, como é extremista quem diz que assinamos o Tratado Orçamental e que por isso não devemos discutir o assunto. É tão grave uma coisa como a outra”, afirmou Manuela Ferreira Leite.

Para a ex-ministra, “entre os dois extremos, há com certeza uma posição de bom senso”, referindo-se implicitamente às propostas realizadas no recente manifesto para a renegociação da dívida pública, do qual foi uma das subscritoras. “É o momento adequado para fazermos uma ponderação sobre o que nos espera”, afirmou, defendendo que o impacto da aplicação das regras de redução da dívida previstas no

Pacto Orçamental, “caso seja concretizável, é muito penoso”.

Na sua resposta a Ferreira Leite, Vitor Gaspar não parece ter ficado embaraçado com a possibilidade de ser visto como “extremista” e defendeu que as regras europeias são para cumprir, o que se deve debater é apenas de que forma. “A questão não é sobre as regras, que estão definidas e são reconhecidas, é sobre a qualidade da execução”, afirmou.

Ferreira Leite não ficou satisfeita e disse não ter recebido qualquer resposta aos problemas que colocou. “O que é que acontece às pessoas nestas circunstâncias? Cumprimos tudo, livramo-nos da dívida, mas ficamos com um país de pobres em que os jovens saíram. É isto que queremos? Se não queremos, temos de discutir as regras a nível europeu. Não se consegue mobilizar uma sociedade para 20 anos de sacrifícios, se não responder à questão sobre que país vamos ter”, afirmou, arrancando os primeiros aplausos de uma plateia maioritariamente constituída por alunos e professores do ISCTE.

Um seguro depois da saída da troika

Ex-ministro de Passos defendeu necessidade de garantia oferecida pelos parceiros europeus

Vitor Gaspar defendeu ontem que Portugal deve garantir um seguro e a solidariedade dos seus parceiros europeus no momento em que sair do actual programa de ajustamento. Embora não referindo expressamente o programa cautelar, a sua posição parece apontar para a defesa desta solução. “Para sair do programa com garantias de estabilidade, Portugal precisa do seguro e da solidariedade dos parceiros europeus”, afirmou o ex-ministro das Finanças no debate realizado no ISCTE. Gaspar não concretizou se aquilo de que estava a falar era um programa cautelar, afirmando que “as modalidades do mecanismo de seguro são importantes, mas não são fundamentais”. O formato de saída do programa português foi um dos que geraram consenso



entre os intervenientes, com todos a defenderem que a existência de uma garantia dada pelos parceiros europeus conferia maior segurança à capacidade de Portugal obter o financiamento de que necessita. O Governo português ainda está, segundo os seus responsáveis, a decidir como irá realizar a saída do programa: se com um programa cautelar, se através da chamada “saída limpa”, semelhante à que a Irlanda realizou no final do ano passado. **S.A.**

Crescimento e pessimismo

António Bagão Félix, também um subscritor do manifesto da renegociação da dívida, criticou a visão de que as regras europeias estejam sempre certas e de que seja preciso cumpri-las cegamente. E condenou a forma como o Governo “e alguns sectores” reagiram ao manifesto. “A resposta dos políticos ao manifesto foi pavloviana” disse.

Teixeira dos Santos foi menos óbvio na sua posição em relação a uma reestruturação, deixando, contudo, claro que considera que Portugal tem, neste momento, um poder negocial muito reduzido. “De que é que nos serve fazer uma reestruturação da dívida, se não resolvemos estruturalmente os problemas das nossas finanças públicas? É essa dívida que temos de retirar dos nossos parceiros europeus”, disse, demonstrando estar muito pessimista em relação às perspectivas de crescimento do país, num cenário de necessidade de políticas de consolidação orçamental e elevado endividamento das empresas e das famílias.

festos dos 74 são autores de livros de referência, como Richard Nelson (ex-conselheiro para assuntos económicos de John F. Kennedy) da Universidade de Columbia, ou Engelbert Stokhammer, de Kingston. Outros, como o grego Yannis Varouakis, têm trabalhado a fundo a crise financeira e a sua transformação em “crise da dívida”. Varoufakis elaborou, com Stuart Holland, uma Modesta Proposta para Resolver a Crise da Zona Euro, apoiada, entre outros, por Jacques Delors, Giuliano Amato, Felipe González e Guy Verhofstadt, para só falar nos responsáveis políticos mais conhecidos. A reestruturação da dívida é um dos pilares da publicação.

Robert Pollin e Michael Ash são outros dois subscritores do manifesto. Estes dois nomes ganharam notoriedade no ano passado, quando detectaram erros de cálculos e no Excel de Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, contrariando assim a tese dominante até então de que um elevado endividamento condenava uma economia a um crescimento lento. Reinhart e Rogoff inspiraram muitos dos que defenderam a austeridade e a redução da dívida como fórmula para superar a crise.